

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)
ALERJ

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. Permitida a cópia xerox. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

RESENDE, Jó Antônio. *Jó Rezende (depoimento, 1999)*. Rio de Janeiro, CPDOC/ALERJ, 2001.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e ALERJ. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

JÓ REZENDE
(depoimento, 1999)

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Américo Oscar Freire; Marieta de Moraes Ferreira

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil

data: 03/12/1999

duração: 3h

fitas cassete: 03

páginas: 35

Entrevista realizada pelo Núcleo de Memória Política Carioca e Fluminense, criado pelo convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e o CPDOC-FGV, em 1997. O Núcleo se constitui em um centro de produção intelectual e referência documental sobre a história política da cidade e do estado do Rio de Janeiro. Entre outros resultados, ele publica as entrevistas editadas na coleção "Conversando sobre Política".

Esta entrevista é a sua versão editada e publicada em livro: *Vozes da oposição: depoimentos de Lysaneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral e Jó Rezende*. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro, Graflin Artes Gráficas e Editora, Alerj, 2001.

temas: Associações Comunitárias, Ação Popular (1962), Esquerda, Governos Militares (1964-1985), Guerrilha Urbana, Leonel Brizola, Movimento Estudantil, Movimentos Políticos, Partido Comunista Brasileiro, Roberto Saturnino Braga

Sumário

Não há sumário desta entrevista. Favor consultar diretamente o livro.

Na Escola Industrial de Natal

Como foi seu início de vida?

Sou pernambucano de Garanhuns, que daqui a pouco chamar-se-á, e honrosamente para todos os garanhuenses e pernambucanos, “a terra do Lula”. Nasci em 1946, filho de uma família de origem rural. Meu pai sempre foi negociante de gado: comprava, estabulava — em terras arrendadas, não era proprietário —, selecionava e vendia gado leiteiro. Com esse tipo de atividade nós acabamos tendo deslocamentos freqüentes por todo o Nordeste. Saímos de Garanhuns para Caetés, depois fomos para Recife e depois para Natal. Era uma migração que acompanhava os negócios de gado: onde o negócio estava em alta, para lá meu pai se deslocava, e nós o acompanhávamos.

Minha família foi formada em duas etapas: na primeira meu pai se casou, teve 11 filhos e enviuvou; na segunda, casou com minha mãe e com ela teve mais quatro filhos. Sou o primeiro desses quatro. Nos primeiros 50 anos do século, uma família de 11 filhos não era nada de extraordinário. Quatro era uma família pequena, mas somando já eram 15. Meus irmãos mais velhos acompanharam muito meu pai e todos eles se envolveram, de um modo ou de outro, com pecuária de leite. Alguns depois compraram terras e se mantiveram nessa atividade. Minha mãe, já de uma outra geração, bem mais nova que meu pai, professora, não deixou que ele capturasse a nova família para aquela vida nômade, em que você não tinha tempo para estudar — podia até estudar um pouquinho aqui e ali, mas a atividade sempre consumia todo o tempo e toda a energia. Em relação aos quatro filhos mais moços, ela dizia: “Não, esses vão estudar.” E assim foi. Estudei em Garanhuns, inicialmente, depois em Recife, depois em Natal.

Naquela época, para uma família com o perfil da minha, a coisa mais desejada para um filho era a profissionalização. Quer dizer, que ele aprendesse uma profissão, no nível médio ainda, para ter a possibilidade de logo trabalhar. Foi o que fiz: fui para a Escola Industrial de Natal, que era o liceu da rede federal, e fiz todos os cursos que havia lá. Durante quatro anos, fiz o ginásio acompanhado do profissionalizante e saí com várias noções: mecânica, marcenaria, alfaiataria, artes do couro. Sabia fazer uma bola de futebol, uma peça mecânica, uma peça de carpintaria, como sabia fazer uma roupa. Eram boas as escolas industriais de tempo integral, o aluno entrava ali e passava o dia inteiro estudando e trabalhando. Mas já nesse período, quando eu estava começando a Escola Industrial, com 12 anos, me engajei em política estudantil.

Começou cedo...

É, eu vivi política desde muito cedo. Natal tinha uma tradição de luta, o Partido Comunista era muito forte lá, a militância social também. No período que vai de 1958 a 62, 63, em que eu estava na Escola Industrial, fui “nucleado” — assim se chamava na época — para a JEC e desenvolvi uma militância muito intensa. Tão intensa que, aos 14, 15 anos, eu já fazia parte da coordenação regional da JEC, já era presidente do grêmio da Escola Industrial e já tinha viajado o Brasil quase todo participando de encontros. Finalmente, no finzinho de 62, 63, fui para a AP. Terminei o curso industrial em Natal, em 63, sendo militante da AP.

O senhor participou daquele movimento de alfabetização que houve na época, com Paulo Freire?¹

Particpei. Vivi intensamente a experiência de Angicos, que foi a experiência histórica do Paulo Freire, no Serviço de Assistência Rural, o SAR. Naquela época, quem coordenava o SAR era dom Eugênio, moço ainda, bispo auxiliar de Natal. O SAR usava a rádio da diocese, e ali é que se desenvolvia todo o trabalho de alfabetização e de apoio ao projeto do Paulo Freire. Fui alfabetizador, passei por todo aquele processo. Nosso final de semana era uma kombi que nos pegava e nos levava para o interior.

Como sua família via essa sua atuação como alfabetizador, militante da AP?

De modos diferentes. Papai brincava, dizendo: “Nunca imaginei que ia ter um filho padre...” É que a AP, na época, era muito ligada à Igreja. Meu pai então me gozava

¹ Foi no âmbito do Movimento de Cultura Popular (MCP) fundado em 1960 no Recife, durante a administração de Miguel Arraes, que as idéias de Paulo Freire foram desenvolvidas e divulgadas. Entendendo a educação como instrumento capaz de impulsionar as transformações necessárias à sociedade brasileira, o educador pernambucano criou um novo método de alfabetização de adultos que partia do universo dos educandos e cuja primeira etapa consistia na realização de uma pesquisa vocabular sobre o grupo a ser alfabetizado. O método foi posto em prática pela primeira vez em Angicos, no Rio Grande do Norte, a convite de Aluísio Alves, então governador do estado, em 1963, quando 300 trabalhadores rurais foram alfabetizados em 45 dias. Após essa experiência, o presidente João Goulart convidou Freire a participar da Campanha Nacional de Alfabetização. Com o golpe de 64, o MCP foi extinto, Paulo Freire foi preso, em seguida deixou o país e só retornou com a anistia, em 1979. Ver Moacir Gadoti (org.), *Paulo Freire - uma bibliografia*. (São Paulo, Cortez/Instituto Paulo Freire; Brasília, Unesco, 1996), p. 7, e Moacyr de Góes, *De pé no chão também se aprende a ler* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980), p. 49-52.

dizendo que eu ia ser padre, o que não era o caso, porque eu era e continuo sendo cristão, mas não tinha nenhuma vocação eclesial; tinha vocação para a militância política. Minha mãe aceitava, porque percebia naquilo um processo evolutivo cultural e achava natural. Não havia na época os conflitos que vieram logo após, com o golpe de 64. Especialmente em Natal, havia quase que uma unanimidade em relação a toda ação social. Aquilo que eu fazia era uma coisa muito aceita pela sociedade e pelas famílias.

O próprio governo era progressista.

Em Natal? Muito progressista. Era um dos mais progressistas do Brasil. O prefeito era Djalma Maranhão,² e o governador era Aluísio Alves, que, embora não fosse progressista, era populista.³ E não havia muita contradição com a própria elite natalense. Logicamente, quando veio o golpe, a elite deu graças a Deus, mas naquela época não havia nenhuma confrontação muito forte.

O senhor chegou a ter vinculação com o Partido Comunista nesse momento?

Sim, na ação. Nesse momento, a questão religiosa era um divisor de águas muito forte entre os cristãos e os comunistas. O preconceito dos cristãos era muito intenso. Você tinha amizades na ação, mas havia uma diferença básica com os comunistas, porque eles não acreditavam em Deus, aquelas coisas. As posições que a Igreja tinha na época eram muito rígidas. Agora, durante a militância, isso se quebrava, não havia maiores problemas. Tanto é que Djalma Maranhão era comunista, e nós convivíamos

² Djalma Maranhão, ex-militante comunista, rompeu com o PCB em 1946, filiou-se ao PSP e nessa legenda foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Norte em 1954. Nesse ano foi eleito governador do estado Dinarte Mariz, da UDN, que o convidou para assumir a prefeitura de Natal. Tomou posse em 1956, e em 1960 foi reconduzido à prefeitura, eleito na legenda do PTN. Tendo como secretário de Educação Moacyr de Góes, desenvolveu então uma campanha de alfabetização popular chamada “De pé no chão também se aprende a ler”, que utilizava o método Paulo Freire. Após o golpe de 1964, foi afastado da prefeitura e preso no Recife. No final de 1964 foi libertado e asilou-se em Montevidéu, onde faleceu em 1971. Era irmão de Luiz Ignácio Maranhão Filho, militante comunista ligado ao movimento católico morto por agentes da repressão em 1975. Ver *DHBB*, op. cit.

³ Aluísio Alves era um dos líderes da UDN do Rio Grande do Norte, e nessa legenda foi eleito deputado federal em 1945, 1950 e 1954. Em 1960, por causa de uma desavença com Dinarte Mariz, então governador do estado, afastou-se da UDN e candidatou-se à sua sucessão apoiado por uma aliança entre o PTB e o PSD, derrotando o candidato udenista Djalma Maranhão. Em 1964 apoiou o golpe militar, mas no ano seguinte não conseguiu ser reeleito governador. Com a extinção dos partidos políticos, em 1965, filiou-se à Arena. Ver *DHBB*, op. cit.

intensamente com ele. Nossa militância era muito associada a ele e ao Moacyr de Góes, secretário de Educação.

Excesso de militância

Qual era seu projeto quando acabou o curso industrial em Natal?

Meu projeto de vida era muito associado à militância. Havia uma entidade chamada Uneti, União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais, que correspondia à UNE ou à Ubes para o ensino técnico — e que aliás tinha a sede nacional aqui no Rio, na Praia do Flamengo, 132, junto com a Ubes e com a UNE —, e o João Reis Santana, que era o presidente na época, tinha me designado representante da Uneti no Nordeste. O Partido Comunista tinha hegemonia na Uneti, mas nós da AP participávamos em aliança política. Eu era o coordenador da ação política estudantil de nível médio técnico no Nordeste e estava o tempo todo viajando para os outros estados da região para articular as escolas técnicas. Naquela época, as escolas técnicas tinham como principal engajamento e bandeira política a regulamentação da profissão de técnico industrial. A profissão já existia, mas não havia regulamentação. Esse tipo de luta nos tornava mais pragmáticos que os estudantes secundaristas normais, que eram mais politizados, mas tinham bandeiras mais gerais. Nós tínhamos uma bandeira definida, nossos pontos de ação eram muito específicos. Éramos também mais pobres e precisávamos correr atrás, o que deve ter sido uma razão fortíssima para o tipo de bandeira que empunhávamos.

Enfim, naquela época, minha vontade era vir para o Rio para continuar os estudos técnicos de química. Apareceram em Natal uns colegas que tinham vindo para o Rio para estudar química, e eu quis vir também. Recebi uma mensagem de uma escola com um vestibular, fiz a prova, passei e vim para o Rio achando que estava vindo para o curso de química da Escola Técnica Federal. Mas, quando cheguei, vi que o vestibular que eu havia feito era para a Escola Técnica de Química Têxtil, do Senai, lá no Riachuelo. Ao longo dos primeiros três ou quatro meses fui me conscientizando de que o forte da escola não era química, e sim indústria têxtil — aprendia-se tecelagem, fiação, acabamento etc. —, e eu, que nunca tinha ouvido falar em indústria têxtil na minha vida, comecei a aprender o que era aquilo. A escola tinha, como ainda tem, um perfil muito mais especializado que o da Escola Técnica Federal. Era uma escola totalmente voltada para aqueles que saíam do interior do Brasil, principalmente do Sul,

de Santa Catarina e do Paraná, e o objetivo era formar mão-de-obra para a indústria têxtil. Isso foi uma revolução na minha cabeça. Eu nunca tinha me imaginado um técnico industrial têxtil. Ao mesmo tempo, eu trazia a boca torta pelo cachimbo da política...

O senhor tinha contatos políticos no Rio de Janeiro?

Muitos. Cheguei aqui com 16 anos, pouco sabia da vida do ponto de vista de viver em cidade grande, fui morar numa “maloca” no Riachuelo — malocas eram casas que alugavam quartos para estudantes em volta da escola —, mas logo fui para a Praia do Flamengo, 132, e fui me enturmado com a política toda: AP, JEC, JUC, PC... Era início de 64! Eu tinha muitos amigos, conhecia até mais o pessoal aqui do que lá em Natal. Em três tempos estava enturmado, mergulhado de cabeça na AP do Rio, com Luís Raul Dodsworth, Paulo Vieira, envolvido com a Ames, com a Uneti... Eu me tornei um dos diretores da Uneti, aqui na Praia do Flamengo. E então fui caminhando na direção da política. Por via de consequência, me tornei presidente do grêmio da Escola Têxtil, por dois períodos, e desenvolvi um trabalho intenso lá dentro. Acabei gostando da tecnologia de indústria têxtil. Depois fiz estágios, no Moinho Santista, em São Paulo, na América Fabril e na Nova América, aqui no Rio, e com isso me tornei um bom profissional.

Foi nesse contexto todo que veio o golpe. No primeiro ano, não foi muito complicado, não. Lá na escola não aconteceu nada. A escola pertencia ao Departamento Nacional do Senai, e a direção era muito ligada à indústria, que aceitava a luta que a sociedade desenvolvia. A repressão, depois de 64, não veio da indústria. No setor de ensino industrial havia mesmo um brizolismo fortíssimo. Brizola era o patrono do ensino industrial, ao qual tinha dado todo o apoio possível quando foi governador do Rio Grande do Sul.

Quer dizer que a própria direção da escola via com bons olhos a militância política dos alunos?

Os professores viam. Os professores do ensino industrial, da Escola Técnica Federal, da Escola Têxtil, eram politizados e chegavam a nos cobrar militância. E a militância era muito forte, porque era muito pragmática, muito realista — não existia

essa coisa de ficar apenas discutindo filosofia, nós queríamos mudanças mesmo, queríamos saber o que era preciso fazer para mudar. Fui presidente do grêmio, era militante da AP, diretor da Uneti, o pessoal sabia disso, mas nunca tive problemas. Pelo contrário, tinha boa acolhida. Eu não estudava tanto quanto devia — se fosse hoje, me dedicaria a estudar mais —, mas nunca fui reprovado. Era um aluno que as pessoas reconheciam inteligente, habilidoso, talentoso e tal. Muitas vezes, também, eu me amparava nos colegas. Numa situação de maior dificuldade, não faltava quem me desse apoio.

Um dos colegas com quem convivi, que desenvolveu um excelente trabalho e hoje reconhece que aquele foi um dos momentos mais importantes das nossas vidas é o Alexandre Figueira Rodrigues, atual diretor geral do Departamento Nacional do Senai. Cada vez que nos encontramos, ele se reporta àquela época como tendo sido um momento de grande aprendizado, um momento de politização e de consciência, que abriu os horizontes.

Depois do primeiro ano de governo militar houve problemas na Escola Têxtil?

Realmente o primeiro ano, como acabei de dizer, foi calmo, tranquilo. Mas a partir de 65, 66, a militância começou a viver o problema de uma repressão muito forte, e a AP, por seu lado, começou a nos exigir um acirramento de posicionamentos, uma elevação da temperatura da luta.

Já se discutia luta armada nessa época? Em 65, 66?

Sim. Tanto que eu me preparei, fui para o interior. Continuava na escola, mas nas férias ia para o campo, para o Nordeste, para o canavial. Nós discutíamos muito: de um lado havia os que optavam pela linha cubana, foquista, e de outro os que optavam pela linha chinesa, pela luta que saía do campo para a cidade — eram os maoístas, entre os quais eu me incluía. Eu passava todos os meus períodos de intervalo no campo. E era engraçado, porque passei um tempo em Pernambuco, mas não podia encontrar com ninguém. Estava ao lado da minha família, a 30, 40 quilômetros da minha mãe e do meu pai, mas não podia fazer contato com eles, pois estava na clandestinidade total.

Pouco depois houve um grupo que foi preparado para ir para a China; mais tarde esse pessoal voltaria, pelas vias da clandestinidade, para desenvolver a luta de massa.

Nessa época eu estava em São Paulo. A Escola Técnica tinha três anos de estudo e um ano de estágio, fui fazer o estágio em São Paulo e lá passei três meses diante de uma pilha de livros: a tarefa era ler a obra do Mao. Até que um dia eu cometi uma indisciplina que me colocou na geladeira. Foi o seguinte: eu namorava aqui no Rio a Cristina, companheira, militante e liderança da AP. Estava em São Paulo num aparelho, um ambiente fechado, completamente isolado, sem poder sair, sem poder nada, lendo Mao, quando um dia viajou todo mundo, para um prática no interior que ia demorar uma semana. Pensei: “Me deixaram sozinho dentro desse apartamento, fechado aqui, perdido! Ah, não!” Liguei para a Cristina e disse: “Vem pra cá.” Ela foi e passou uma semana comigo. Quando o pessoal chegou e a encontrou, foi um escândalo! “Pô! Você não podia fazer isso! A segurança!” Falaram, falaram, falaram. Eu disse: “Acho que vocês estão exagerando, porque afinal de contas ela é minha namorada, minha companheira, estamos na militância há muito tempo... Eu não cometi nenhum erro. Ela não saiu para lugar nenhum, ficamos aqui o tempo todo!”

Eu viajaria para a China no mês seguinte, estava tudo pronto, mas os camaradas resolveram que iam me botar num outro local, junto com a Cristina, e que nós iríamos passar 60 dias de castigo. Durante esse tempo não poderíamos sair. Era uma espécie de purificação — havia muito isso, de “você vai ter que se limpar”, uma coisa meio cristã, de fazer penitência. Sei que nos botaram em Santo Amaro, numa casa muito agradável, pequenininha mas com todas as coisinhas no lugar, e nós teríamos que passar ali os tais 60 dias, lendo Mao. Foi aí que eu e a Cristina começamos a questionar o processo. E a Cristina teve aí uma responsabilidade muito grande, porque ela é muito crítica. Eu estava completamente condicionado, mas ela não, vinha com sangue novo; era militante, sim, forte, responsável, coordenadora da AP no Rio, mas tinha a cabeça livre. Não estava naquela de ser *a* revolucionária, de ser *o* modelo, como eu. Eu estava comprometido com a exemplaridade, tinha que ser *o* quadro operário. A reflexão que nós fizemos ao longo desse período e mais a luta interna que já naquele momento se desenvolvia na AP, entre um grupo com uma cabeça mais radical e outro com uma visão mais ampla — o grupo do Betinho⁴ —, levou ao nosso afastamento. Quando

⁴ Herbert de Souza, o Betinho, coordenador nacional da AP, apoiava o grupo maoísta que no final dos anos 1960, sob a liderança de Jair Ferreira de Sá, assumiu o controle da organização. No entanto, os debates prosseguiram, e a maior parte dos maoístas passou a defender a incorporação da AP ao PC do B. Betinho, juntamente com Jair Ferreira de Sá, não concordava com essa proposta. Em 1971, Betinho partiu para o exílio no Chile e começou a se afastar da AP. Ver *DHBB*, op. cit.; Entrevista de Herbert de Souza em *Teoria & Debate*, novembro 1991 (www.fpabramo.org.br), e Jacob Gorender, *Combate nas trevas* (São Paulo, Ática, 1998), p. 122-129.

chegou num determinado momento daquela nossa penitência, virei para o pessoal e disse: “Não estou preparado para ir para a China. Não quero ir agora. Estou colocando tudo muito em questão e não quero viajar neste momento.”

Foi um rebu! Eu era aquele quadro militante que estava entrando numa “crise pequeno burguesa”... Na época, quando você entrava nessas crises, se usava essa expressão: “está em crise, está em conflito, está em contradição pequeno burguesa”. Mas eu também não me importei. Eles disseram: “Está bem, você não está mais na lista da China, mas então vai trabalhar na área operária.” Eu disse: “Perfeito. É só o que eu quero.” Me colocaram numa base operária em Santo André e disseram: “Você é técnico têxtil, vai ficar aqui um período na casa de um companheiro, com a família dele, vai se empregar numa fábrica e lá dentro vai desenvolver a sua militância e readaptação.” Fiquei uns dois meses ali, catando emprego, e percebi que aquilo já estava se tornando um pouco folclórico. Afinal, um dia, eu disse: “Quer saber de uma coisa? Vou embora daqui.” Voltei com a Cristina para o Rio e resolvemos casar e cuidar da nossa vida. Aliás, tentei casar, mas eu ainda tinha 20 anos, era menor e tinha que ter autorização do meu pai. “Imagina! Eu vou agora pedir a meu pai para casar? Não vou pedir coisa nenhuma!” Adiamos o casamento por mais dois meses.

Aqui no Rio o senhor não se rearticulou?

Não. Nem eu nem ela. Já se haviam passado seis meses, oito meses, e naquela época, se você perdia a conexão num momento, ela não era reabilitada logo, por questão de segurança. Meu nome de guerra estava sendo procurado, mas não conseguiam associá-lo ao meu nome verdadeiro. Cheguei então aqui, fiquei completamente *low profile* e fui terminar o meu estágio na América Fabril. Isso criou um distanciamento. Eu era procurado pelos companheiros, que queriam me reengajar, mas dizia: “Não, eu não tenho interesse nesse reengajamento agora.” Terminado o meu estágio, me apresentei à escola e fui aprovado. Casei, fui para a Nova América e lá, durante quatro anos, me desenvolvi plenamente como profissional têxtil. Fui muito considerado, muito respeitado no meu trabalho e cheguei a alcançar postos de direção. Nesse meio tempo, fiz vestibular para economia, passei, mas depois optei por administração.

Quando entrou para a faculdade, o senhor não fez política estudantil?

Não. Mas também, eu entrei em 1970, e nessa época não havia muita militância na faculdade, porque a repressão era fortíssima. Eu estudava à noite, na Nacional, na Praia Vermelha, e a atividade profissional já tinha me conquistado. Em 71 ou 72, interrompi a faculdade, porque fui para a PUC fazer um curso de informática — a Cristina já era da área de informática —, e quando terminei esse curso, saí da indústria têxtil e fui trabalhar na indústria farmacêutica como programador e depois analista. Ao mesmo tempo voltei para a faculdade, para concluir o curso de administração. Tudo isso me levou a ter uma vida sem nenhuma militância, o que para mim foi extremamente saudável, me deu uma limpada. Eu tinha começado muito cedo, a minha vida toda tinha sido de militância. O fato de ter me afastado e ter ido para a informática, para a tecnologia, foi fantástico, me abriu imensamente os horizontes.

O senhor não era cobrado pelos militantes? Patrulado?

Nunca me senti patrulado. Eu me sentia solicitado, mas o chamado não me seduzia. Qualquer coisa elogiosa que me dissessem, no sentido de me fazer mártir, de me fazer herói, passou a ter um efeito contrário comigo: “Ôpa! Por aí eu não quero ir.” E isso foi bom. Pude me dedicar aos meus filhos.

A experiência do Serpro

Em 1976, depois de trabalhar na Schering, já em informática, fui para o Serpro. Eu era analista de sistema, fazia os meus trabalhos todos, era profissionalmente aplicado, mas em pouco tempo também estava lutando pela informática, pela tecnologia nacional. Nessa época estavam no Serpro outros companheiros de formação tecnológica que tinham vivido aquelas militâncias de AP e de PC — foi curioso, porque 10 anos depois as mesmas pessoas se reuniram no Serpro, no IBGE, na Petrobrás etc. —, e não tive muito como escapar. Enquanto foi Nova América, Schering e tal, foi possível, mas no Serpro... Ajudei, por exemplo, a criar a Associação dos Profissionais de Processamento de Dados, a APPD. Quando Ezequiel Pinto Dias foi eleito presidente da APPD, eu participava da diretoria com ele. E a participação na APPD me reaqueceu a vertente a política.

Qual foi o papel da APPD, do próprio Serpro nessa época?

No início da ditadura, criou-se o Serpro, Serviço Federal de Processamento de Dados. José Dion de Melo Teles foi o primeiro presidente, e na primeira administração foi bem-sucedido. Não só criou o Serpro, como o fortaleceu. Todos o respeitavam, mesmo sendo uma pessoa do sistema, porque ele tinha criado uma empresa de tecnologia nacional. Estava-se na época da reserva de mercado, da defesa do desenvolvimento de uma indústria de informática nacional, e os militares, embora de direita, tendo feito o golpe e tudo mais, apoiavam essa atuação. O Serpro passou a ser um elemento de suporte prestigiado por um pessoal de esquerda e dirigido por um pessoal de direita.

Surgiu então dentro do Serpro, fermentou ali, um desenvolvimento tecnológico muito forte. O pessoal vindo do ITA era muito bom. Ezequiel, Ivan da Costa Marques, Raymundo de Oliveira, enfim, todos esses fortaleceram o processo interno da tecnologia. E assim nós enveredamos pelo caminho da defesa de uma reserva de mercado: a informática deveria ser produzida no Brasil — a Cobra foi o resultado industrial dessa política. Havia porém um problema: a reserva de mercado estava associada aos computadores de grande, no máximo médio porte. Com a chegada dos microcomputadores, as mudanças tecnológicas foram ficando muito rápidas. Resultado: nós, do Serpro, da tecnologia nacional, fazíamos um sacrifício tão grande para dar cada passo, dispúnhamos de uma quantidade de recursos tão limitada, e estávamos tão envolvidos naquele momento da tecnologia em que nos encontrávamos, que não nos demos conta de que lá fora, com o capital mais fácil, com mais investimento, aquilo em que estávamos apostando já tinha sido ultrapassado havia muito! O fato é que nós ficamos num descompasso tecnológico imenso, e esse descompasso começou a ser cobrado pelo usuário.

A luta da informática, da reserva de mercado, teve um período de grande ascensão e de grande respeito, mas depois caiu num processo de desgaste. A falta de recursos, a falta de financiamentos, uma série de fatores nos levou a ficar defasados. Mas acho que essa luta teve também um papel importante, deu uma contribuição, a de nos despertar para a tecnologia. O pessoal que se envolveu no desenvolvimento da informática, depois, deu o salto com muita facilidade. O Brasil, hoje, tem um enorme conhecimento tecnológico acumulado. Boa parte dos que estão aí desenvolvendo *softwares* é resultante, de um modo ou de outro, do esforço daquela geração. O Serpro

foi um imenso celeiro de profissionais. A Petrobrás, o Serpro, a Telebrás, a Embratel, foram todos celeiros de profissionais de tecnologia da melhor qualidade.

A Famerj

Quando o senhor começou a criar a Associação de Moradores do Cosme Velho, ainda estava no Serpro?

Sim. Aconteceu o seguinte: no Serpro, eu participava, militava em defesa da tecnologia nacional, mas não me propunha desenvolver uma atividade política internamente. O Serpro para mim era trabalho, era atividade profissional. Eu já tinha vivido algumas experiências de coisas misturadas que não tinham dado certo, e isso me condicionava um pouco. Então eu não permitia — foi uma coisa que aprendi e que até hoje vivo de maneira muito intensa — que o envolvimento me fizesse perder os referenciais próprios. Eu não queria que isso acontecesse e eu mesmo punha os limites onde achava que devia pôr. Mas, ao mesmo tempo, de algum modo, eu tinha sido redespertado para a atividade política e sentia muita necessidade de algum tipo de engajamento.

Um dia, fui chamado para uma reunião dos moradores do Cosme Velho no Colégio São Vicente. O assunto era a segunda abertura do túnel do Cosme Velho e a transformação do bairro, até então totalmente tranqüilo, em lugar de passagem. Estávamos no governo Chagas Freitas, e havia também uma certa especulação de que o Chagas faria na rua Cosme Velho o mesmo que havia feito na rua Paulo de Frontin, ou seja, passaria um elevado para dar acesso do largo do Machado ao túnel Rebouças sem o congestionamento que Laranjeiras e Cosme Velho estavam produzindo. Eu era morador, vizinho do São Vicente, onde os meus filhos estudavam, e resolvi comparecer. A discussão foi produtiva e propícia à participação: falou-se na defesa da qualidade de vida do bairro, na questão da poluição, na questão do trânsito, na questão do policiamento, todas questões locais. Eu me empolguei: “Pela primeira vez estou participando de um ambiente onde a questão local prevalece! Não há política partidária! Esta gente aqui está pensando no bairro.” Comecei a participar, a me engajar, e acabei presidente da Associação de Moradores do Cosme Velho. Ajudei em seguida a formar a Associação de Moradores de Laranjeiras, depois a do Catete, e assim fomos. Criava-se um movimento social aberto, democrático e voltado para o dia-a-dia dos cidadãos.

A que o senhor atribui a expansão tão rápida desse movimento?

À inexistência, naquela época, de qualquer canal de comunicação ou de organização que pudesse servir à sociedade civil. A sociedade civil estava extremamente carente de se aproximar, de conversar. A associação de moradores era uma coisa completamente nova e propícia à aproximação. A repressão também já estava começando a enfrentar a luta pela democratização, pela anistia, e vários movimentos começavam a surgir.

O fato é que, dali a algum tempo, fui procurado pelo César Campos, líder comunitário morador do Alto Leblon, que estava ligado a uma entidade recém-formada, a Famerj, com sede em Campo Grande. Ele tinha ouvido falar das nossas reuniões, e eu o convidei para assistir a uma, no Cosme Velho. Ele participou, contou o que estava acontecendo em Campo Grande, e nós nos aproximamos dessa iniciativa. José Joaquim, da velha guarda do PC, era um dos dirigentes desse movimento na Zona Oeste. Havia uma leve conotação política, mas muito suave. O que havia mesmo era muito morador. Era um movimento completamente novo e mobilizador.

Quer dizer que a Famerj veio da Zona Oeste. Não foi um movimento da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Não. De início, existiu um movimento chamado Cezo, Centro de Estudos da Zona Oeste. Era um grupo de estudos voltado para debater a realidade brasileira, os temas da cultura, teatro e tudo mais. O Cezo, por sua vez, criou a Famerj, Federação das Associações de Moradores e Entidades Afins do Rio de Janeiro, que reunia um grupo pequeno de associações de Campo Grande e mais a do Alto Leblon.⁵ A Ruth Christie, que era uma militante ecológica do Alto Leblon, associou-se à luta junto com o César Campos. Quando entramos em contato com eles, para mim, tudo aquilo pareceu muito familiar. Era muito fácil fazer contatos e *links* entre movimentos, articular, porque eu já vinha fazendo isso desde os 12 anos de idade. O pessoal percebeu a potencialidade que

⁵ A Famerj foi registrada oficialmente em janeiro de 1978 como sociedade civil sem fins lucrativos, congregando um total de 17 associações de moradores ou entidades similares. Ver Francisco Alencar, *As associações de moradores vinculadas à Famerj e a construção de uma educação para a cidadania através da politização de base* (Rio de Janeiro, FGV, 1990, dissertação de mestrado), p. 49-50.

eu tinha para fazer essa articulação. Criamos o conselho de representantes da Famerj, órgão deliberativo, e uma diretoria executiva, e aí o movimento cresceu, explodiu. Em três anos, a partir de 1978, o movimento das associações de moradores tomou conta do país.

E quanto à Faferj?

A Faferj é mais antiga.⁶ Aliás, quem inspirou a formação da Famerj foi a Faferj, foram lideranças da comunidade das favelas que fizeram a ponte para a Famerj existir. A Faferj, primeiro Fafeg — Federação das Favelas do Estado da Guanabara —, era uma entidade comunitária muito forte, muito expressiva, mas muito ligada aos políticos que nós, na época, chamávamos de clientelistas. Eram os políticos chaguistas, “da bica d’água”, ligados àquela tradição de trocar voto por benefício.

A Faferj seria então um canal de contato desses políticos com as comunidades.

⁶ As associações de moradores das favelas, criadas espontaneamente a partir da década de 1940, foram institucionalizadas em 1961 quando o governo estadual, através do Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serpha), passou a estimular o associativismo como um canal eficaz na relação entre o estado e as comunidades. A partir daí, segundo Lícia Valadares, verificou-se um aumento do número de associações, que já eram criadas com fortes ligações com a administração estadual. No entanto, a política de remoção de favelas de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, encontrou reações no movimento comunitário, o que impulsionou a união das associações de moradores das favelas em uma federação. A Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), depois Faferj, foi criada em 1963 e concentrou seus primeiros esforços na tentativa de impedir a remoção da favela do Pasmado para a Vila Kennedy. Até 1967 houve um crescimento do número de associações de moradores nas favelas e também do raio de ação da Fafeg, mas, com o endurecimento do regime militar, verificou-se um retraimento. Além disso, a representatividade da federação sofreu abalos por conta de dissidências internas. Em 1968, das 132 associações existentes, apenas 72 estavam filiadas à Fafeg. Na administração de Chagas Freitas (1970-1975), segundo Marly da Silva Motta, ocorreu a formação de uma rede clientelística que articulava os deputados, o Executivo estadual e os diversos tipos de associações civis, entre elas as associações de moradores. Os cabos eleitorais, inseridos nas associações, participavam como intermediários na estratégia chaguista de atendimento de demandas das comunidades em troca de votos. Após sucessivas derrotas, novas táticas foram desenvolvidas pelas lideranças da federação, que abandonaram a posição de luta contra a remoção de favelas e passaram a atuar no sentido de ao menos garantir determinados benefícios para as famílias envolvidas nas remoções, abrindo assim um espaço para negociações. A partir de 1979, no contexto da abertura política, o associativismo ganhou nova força e houve um significativo aumento do número de associações. Ver Lícia do Prado Valadares, *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro* (Rio, Zahar, 1978) p. 29, e “Introdução”, in Renato Raul Boschi (org.), *Movimentos coletivos no Brasil urbano* (Rio, Zahar, 1983); Marly Silva da Motta, “O governador da Guanabara”, in Carlos Eduardo Sarmiento (org.), *Chagas Freitas – perfil político* (Rio de Janeiro, FGV/Alerj, 1999), p. 150-151, e Carlos Nelson F. dos Santos, *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Zahar, 1981).

Exatamente. Essa era a nossa leitura. Mas há uma outra leitura que hoje, numa revisão, acho até que faz sentido: a de que embora parecesse ser uma coisa negativa, naquele cenário, naquelas condições, aquela era uma forma inteligente e competente que a comunidade tinha descoberto de se organizar e obter minimamente o reconhecimento do poder público. A comunidade conseguia isso através dos políticos que faziam ali os seus currais eleitorais, mas conseguia. Considerando a época da ditadura, considerando a cultura, as restrições existentes, olhando hoje, era uma alternativa de busca de soluções, era uma forma que a população tinha de se defender, de algum modo. Outra coisa é que sempre havia ali militantes de esquerda participando. Mas com cuidado, porque eles sabiam que a comunidade reagiria fortemente se houvesse manifestação partidária.

A Faferj ajudou, portanto, a criar a Famerj, e o passo seguinte foi quando a ação que nós desenvolvíamos na época possibilitou uma vinculação da comunidade da Zona Sul com a comunidade da Zona Oeste e da própria Faferj. Criou-se então um movimento amplo, em que havia reuniões conjuntas, de que participava também o presidente da Faferj, Irineu Guimarães.

Quando o senhor se tornou presidente da Famerj?

Inicialmente, em 1979, fui presidente do conselho de representantes. Presidente executivo, fui de 80 a 84.

O governador Chagas Freitas percebia essa expansão do movimento? A relação com ele era tensa?

Percebia. Chagas era muito inteligente, muito competente. Embora ele e o seu grupo fossem políticos de clientela, não nos moviam oposição. Quando ele viu o movimento crescer e se tornar plural, quando viu que não era uma ação de um ou outro partido, mas um movimento aberto, começou a fazer alguns acenos de aproximação: nos recebeu, tivemos algumas reuniões... Na questão da luta pela construção metrô, por exemplo, ele se aliou ao movimento. Queria recursos para construir o metrô, e nós funcionávamos como reverberação. Não nos faltava espaço em jornal, entrevista em televisão etc. O próprio poder estava nos usando para assegurar recursos para as obras, para as desapropriações, e a nós interessava essa aproximação. Pela primeira vez o

governador ouvia um bando de garotos que, em vez de fazer aquelas reverências que todos faziam, criticavam, contestavam e propunham. Destacavam-se, nessas reuniões, as lideranças da Amoapra, com o Chico Alencar e o Mário Oliveira, e da Amabotafogo, com o Mário Rodrigues e o Sérgio Andrea. Chagas não reagia mal, ao contrário, alimentava: “Deixa essa garotada falar!” Era uma forma que a turma tinha, e ele também, de ocupar espaço na mídia e avançar com as reivindicações.

Como era a relação de vocês com Miro Teixeira?

Naquela fase tínhamos grande divergências, porque no fundo o que fazíamos era encobrir um pouco a ação de políticos que antes de nós existirmos eram os únicos canais de contato para a comunidade. Os nossos problemas na época eram com os parlamentares, vereadores e deputados, porque nós alterávamos a estrutura clássica do chaguismo. Miro era dos mais abertos, mas ainda assim tínhamos divergências.

As eleições de 1982

Como a Famerj viu os candidatos a governador do estado do Rio de Janeiro na eleição de 1982?

Quando começou a campanha para o governo do estado, em 1981, e se apresentaram como candidatos Brizola, Lysaneas, Sandra Cavalcanti, Moreira Franco e Miro, o movimento comunitário, dada a sua tradição, só tinha dois interlocutores reais, que eram Brizola e Lysaneas. Eram os únicos com os quais nós sentíamos identificação. Moreira, embora tivesse vindo de uma militância de esquerda — foi meu companheiro de coordenação de AP aqui no Rio —, fez aquela trajetória toda e estava no PDS. Sandra era rotulada como lacerdista e como tendo feito a expulsão dos favelados. E Miro vinha com o rótulo do Chagas.

Mas havia um bocado de gente da esquerda, do Partidão, que apoiava Miro.

Sim. Muitos deles tinham encontrado um canal de ação política adequado no meio partidário, militavam no MDB, formavam o MDB “autêntico”. Embora debaixo da

mesma estrutura partidária, contestavam o chaguismo, contestavam a forma do MDB antigo. Mas apostavam no Miro como aliado.

Nessa época não houve uma influência petista no movimento comunitário?

Pequena, inicialmente. O movimento não era partidário. Eu mesmo não era filiado a nenhum partido. E o PT estava mais em São Paulo, nas lutas sindicais.

Como a Famerj se relacionou com Brizola?

Em 82, antes da eleição, a Famerj produziu um debate entre os candidatos no campo do Olaria. Esse foi o divisor de águas do movimento, do ponto de vista do tipo de militância que a partir daí viria a se desenvolver. Conseguimos reunir uns 10 mil participantes do movimento comunitário. Dos cinco candidatos, dois, Sandra e Miro, não compareceram. Foram Brizola, Lysaneas e Moreira, e falaram os três. Lysaneas foi bem, Moreira recebeu uma carga pesada na hora do debate, mas foi bem porque compareceu — o Miro e a Sandra, que não foram, ficaram mal —, e Brizola foi *aclamado*. Resultado: conquistou o movimento comunitário. A cidade e o estado já vinham “brizolando”, mas a direção do movimento social ainda estava se segurando. Após o debate do Olaria, o que teve de gente indo para o PDT! Foi uma enormidade! A partir daí a direção da Famerj começou a ter problemas com aquele mundo novo que chegava, que era o mundo dos partidos, avassalador.

Eleito Brizola, a forma como ele administrou nos dois primeiros anos de governo fortaleceu o movimento social comunitário. Ele nos dava força, nos fez um reconhecimento público, era de uma total abertura. Íamos ao palácio com frequência, os militantes das associações de moradores tinham acesso aos secretários, reuniam-se com o Salomão, com o Eduardo Costa, com o Brandão Monteiro,⁷ e não havia problemas. Houve uma convivência muito intensa do governo com a comunidade e, com aquele desejo imenso dos militantes sociais de participação mais efetiva, houve um verdadeiro arrastão para a ação partidária.

⁷ No primeiro governo Brizola no estado do Rio de Janeiro (1983-1987), Luís Salomão foi secretário de Obras Públicas e Meio Ambiente, Eduardo Costa foi secretário de Saúde e Higiene e Brandão Monteiro foi secretário de Transportes.

Isso não enfraqueceu o movimento comunitário?

Modificou. Mas já prevíamos que isso pudesse ocorrer. O Iuperj fez vários estudos sobre o movimento social naquela época, fizeram-se várias entrevistas. Não havia uma semana em que não estivéssemos discutindo essa questão em profundidade, analisando, refletindo. Já em 1980, 81, nós dizíamos: “No dia em que a democracia começar a operar pela via dos partidos, o nosso movimento mudará radicalmente de perfil, porque ele hoje cumpre o papel que é dos partidos.” E cumpria mal, as coisas ficavam confusas entre ser ou não ser partidário. Por exemplo, quando alguém perguntava a um militante social se ele era filiado a algum partido, ele ficava orgulhoso de dizer: “Não! e jamais serei, não quero saber de partidos!” A reação aos partidos políticos era uma marca da sociedade, resultante da ditadura e do clientelismo. Mas quando os partidos vieram como uma realidade, com novas propostas, o pessoal começou a se filiar. Num primeiro momento houve um certo cuidado, uma certa dualidade: aqui o sujeito era partido, lá era comunidade. Na verdade era contraditório. Ele entrava na reunião do partido, perguntavam sobre a comunidade, e ele fazia um discurso: “Nem pensar na comunidade, ela não pode entrar aqui!” Saía dali, ia para a reunião da comunidade, e acontecia o contrário: “Nem pensar, partido não entra aqui!” Houve uma fase de contradição, de transição.

No governo Brizola, houve algum processo de cooptação das lideranças comunitárias?

Houve. Sem dúvida. O prefeito do Rio, por exemplo, era nomeado pelo governador. Através do Vivaldo,⁸ Brizola fez uma embaixada para me consultar se eu aceitaria ser prefeito. Eu disse ao Vivaldo — ele também tinha uma tradição de Ação Católica, nós nos tínhamos conhecido na juventude: “Vou colocar a questão para o movimento.” Coloquei, e o movimento se dividiu: parte queria que eu assumisse a prefeitura e parte não queria, pelo primado de que o prefeito tinha que ser eleito. A nossa luta, de fato, era pela eleição do prefeito, que até então era nomeado. Travou-se uma grande discussão dentro do movimento, foram três meses de negociação, de vai-e-volta, mas na época nenhuma mosca azul me picava. Eu estava muito bem como presidente da Famerj.

⁸ Vivaldo Barbosa foi secretário de Justiça e Interior do primeiro governo Brizola.

Havia ainda outra coisa: a minha gestão estava terminando, haveria eleição, e naturalmente eu seria reconduzido à presidência da Famerj. Mas nós já vínhamos preparando sucessores. Havia o Chico Alencar, o Almir Paulo — que depois foram presidentes —, o Sérgio Andrea, que depois foi secretário de Desenvolvimento Social da prefeitura, e o Antônio Ivo, médico, uma pessoa carismática. Nós apostávamos no Antônio Ivo, achávamos que seria um bom presidente. Quando colocamos a discussão sobre a prefeitura, no final, vimos o seguinte: se eu saísse da Famerj, haveria pelo menos três chapas. Antônio Ivo sairia com uma, Almir com outra e Sérgio Andrea com uma terceira. Os três eram absolutamente necessários e grandes lideranças do movimento, mas estavam ligados a partidos diferentes. O resultado disso foi que o movimento não aceitou a minha indicação para a prefeitura. Fui reeleito presidente da Famerj, mas já de uma Famerj com componentes partidários bem nítidos, embora a militância, que vinha de uma longa tradição e de uma longa experiência conjunta, aceitasse perfeitamente a convivência de todos. Fiquei mais dois anos na Famerj, e esses dois anos já foram bem mais complexos, porque tivemos que administrar processos de luta interna. Cresciam as lideranças do Chico Alencar, do Sérgio Andrea, do Antônio Ivo, do Almir Paulo, mas isso representava também o crescimento da dinâmica partidária.

Como ficou a relação da Famerj com a Câmara de Vereadores eleita em 1982?

A maioria dos vereadores que foram eleitos com o Brizola não tinha absolutamente nada a ver com o movimento social. Eles se elegeram com o antichaguismo, mas, salvo raras exceções, no fundo tinham uma prática clientelista. Você contava nos dedos aqueles que não tinham esse perfil.

Por que Brizola não buscou estimular candidaturas de melhor nível? Foram eleitas pessoas absolutamente desconhecidas...

Naquela época Brizola elegia até poste... Quem estivesse com ele era eleito. E para nós, naquele momento histórico, a questão da eleição de vereadores e de deputados não era uma questão prioritária. A eleição do governador, sim. O nosso referencial era o antichaguismo. Se o antichaguismo era o Brizola, quem vinha com ele não importava. Depois pagamos caro por isso, muito caro mesmo. Foi um equívoco muito grande.

Mas por que Brizola não apoiou candidatos oriundos do movimento comunitário? Afinal, depois da eleição ele buscou cooptar lideranças da Famerj: o senhor mesmo foi convidado para ser prefeito.

Houve várias razões, para uma coisa e outra. Algumas eu domino, outras certamente não. Para começar, Brizola não queria se confrontar conosco, com aquele movimento fortíssimo, presente na mídia, na opinião pública, sem cabresto, sem dono, apartidário. Quanto ao convite feito a mim, foi devido a uma série de outras razões. O primeiro secretariado do Brizola era composto de pessoas muito estimadas pelo nosso movimento, que levaram o governo a uma aproximação conosco. Ele nos pôs, por exemplo, no Conselho de Segurança e Proteção ao Cidadão. Íamos ao palácio toda semana para reunião com governador. O grande articulador, a grande inteligência de cooptação do Brizola foi sempre o Cibilis Viana.⁹ Esse sim, era um sedutor, do ponto de vista da cooptação.

Acho que o que houve foi isso: Brizola tinha um pouco de medo daquele movimento novo que ele não conhecia, não dominava, e por isso mesmo, depois, quis cooptá-lo. No meio da minha última gestão na Famerj recebi ainda outro convite do governo. Salomão era secretário de Obras e me convidou para ser presidente da Feema. Colocamos outra vez o assunto em discussão no movimento, e novamente venceu a opinião de que eu não deveria aceitar.

1985: a primeira eleição direta para prefeito do Rio

Como foi a história da sua candidatura à prefeitura do Rio de Janeiro?

Quando eu já estava no fim da minha segunda gestão na Famerj, começou a haver um movimento interessante. Era um movimento para criar uma frente de esquerda no Rio de Janeiro, chamada Frente Rio, para eleger o primeiro prefeito. Juntaram-se em torno desse projeto expoentes da política partidária de esquerda, como Lysaneas Maciel, como Heloneida Studart, e pessoas que vinham de outras vertentes: Betinho, José Eudes, Roberto Amaral, Saturnino Braga... Esse grupamento começou a se articular e

⁹ Cibilis Viana, assessor direto de Brizola, foi secretário de Governo (1983-1987).

me elegeu como “vítima”: a idéia era me fazer candidato. A frente era pluripartidária. Só que eu não era filiado a nenhum partido. Diziam: “Quando chegar a hora você se filia. Até lá, vamos trabalhar o programa.” Passamos meses em reuniões diárias, sucessivas, noite adentro. Formou-se um colegiado, e mantínhamos uma discussão constante sobre administração. Para mim, fazer programa de administração da cidade, montar orçamento, discutir governo, funções, relações partidárias, tudo aquilo era muito novo e estimulante. A mobilização crescia, e ia se aproximando o momento em que a candidatura teria que sair por um partido. As negociações avançavam, com o PT, com o PDT, com o PMDB.

Desse grupo de discussão participava também Saturnino Braga, que pensava em se lançar candidato ao governo do estado em 1986, enquanto eu me preparava para ser candidato a prefeito. Antes de uma daquelas reuniões, Brizola disse que queria participar. Seja bem-vindo! Durante a conversa ele não se posicionou definitivamente, mas analisou tudo, refletiu, falou como todo mundo e saiu. Alguns dias depois, chamou o Saturnino e disse: “Você será o nosso candidato a prefeito.” Foi um problema! Saturnino, que participava daquele grupo, agora era o candidato a prefeito? O grupo se dividiu. Mas ainda ficamos ali, juntando os caquinhos e mantendo viva aquela discussão, até que, uma semana depois, estando nós em plena reunião, Saturnino ligou e disse: “Jó, eu disse ao PDT que aceito ser candidato, mas só se puder escolher o vice. Quero saber se você aceita ser o vice, porque quero colocar essa questão no partido.” Voltei para a reunião e coloquei a questão em debate. Caos total. O grupo não era mais uno, era cada um por si: “Então você vem para o PT e sai candidato pelo PT!” Eu me posicionei: “Ser candidato pelo PT, eu aceito. Agora, ser candidato pelo PT para lutar contra o Saturnino no PDT, não.”

De onde vinha sua ligação com Saturnino?

Da tecnologia e do movimento social. Do apoio à luta pela informática e à luta dos mutuários. O Sistema Financeiro da Habitação, através do BNH, tinha aberto o financiamento de imóveis para a população de classe média. Foi um bom sistema para o objetivo proposto, viabilizou casa para muita gente, e a classe média pôde comprar moradia própria. Mas em 1984, no final do governo Figueiredo, o índice de correção das prestações ficou altíssimo: 80%. Isso inviabilizou o pagamento das prestações, e a inadimplência cresceu muito. Esse assunto veio naturalmente cair dentro do ambiente da

Famerj, primeiro timidamente, depois com força total. Quando a Famerj, que tinha uma exposição muito alta, uma visibilidade muito grande, assumiu essa luta, tornou-se o principal pólo de atração do processo dos mutuários no Brasil. Os mutuários de todo o país começaram a nos procurar.

No início nossa atitude era um pouco na base do aconselhamento informal, mas logo passamos a buscar advogados próximos ao movimento, que começaram a estudar os processos. Nesse estudo, eles verificaram que havia uma ilegalidade naquela correção. Era uma correção isolada, de 80%, quando o salário tinha sido corrigido em metade disso ou menos. Os contratos que tinham sido assinados baseavam-se no PES, Plano de Equivalência Salarial, e só podia haver correção da prestação de acordo com a correção do salário. Isso estava sendo desrespeitado. Começamos então, de uma maneira quase que voluntariosa, com os advogados, a buscar proteção na Justiça para não haver quebra de contrato, e fomos bem-sucedidos. As varas federais disseram que tínhamos razão. Quando isso foi anunciado, o perfil da Famerj mudou completamente. Isso deu uma outra dimensão, inclusive material, à entidade. O movimento dos mutuários tornou-se nacional. Passamos a coordenar o movimento, a viajar pelo Brasil inteiro, para cima e para baixo, reunindo mutuários.

Além de ter sido fundamental para a Famerj, essa luta também deve ter-lhe dado uma outra dimensão política, não é?

Sim. A imprensa nos deu total cobertura. Saímos nas páginas vermelhas, amarelas, azuis, das revistas, e a opinião pública estava atenta à luta dos mutuários. Uma luta completamente vitoriosa. E Saturnino também estava junto lá, empenhado, ajudando bastante.

Como o senhor avalia essa manobra de Brizola, de colocar Saturnino como candidato?

Quando o Brizola viu a coesão, pelo menos aparente, daquele grupo, com militantes do PDT defendendo a minha candidatura... Foi para o PDT e colocou o Saturnino como candidato. Saturnino era um dos melhores quadros do PDT, reconhecido e aceito na sociedade como grande parlamentar. Mas, com essa decisão, a frente foi se esgarçando. Quem permaneceu como liderança maior naquele momento foi o Betinho. Betinho, José Eudes e mais alguns outros mantiveram a chama acesa dizendo

o seguinte: “Se podemos ter Saturnino e Jó na prefeitura, vale o esforço. O custo é ir para o PDT? Vamos para o PDT!” E para mim: “Jó, isso tudo é bobagem, essa questão passa daqui a pouco. Se o preço é o PDT, vá para o PDT!” Quem me fez recuar sem perder a coerência foi o Betinho. Iniciou-se então outro movimento para, digamos assim, apoiar a minha filiação ao PDT, e fazer com que o PDT assumisse a minha candidatura, o que de fato aconteceu. Cibilis, Brandão, Eduardo Costa, Salomão foram a favor, mas também houve outros que foram contra, porque queriam ser eles próprios candidatos, e foram pré-candidatos: Doutel, Caó, Colagrossi... Houve 10 pré-candidatos nesse período. Mas Brizola bancou o meu nome, porque tinha assumido o compromisso de que o Saturnino escolheria o vice.

Consolidada a chapa, encerrou-se para mim o capítulo comunitário e começou o capítulo partidário. Minha primeira experiência político-partidária foi me filiar ao PDT, para ser candidato. Isso é uma coisa que também cria uma imensa resistência dentro de um partido, e criou. Afinal vencemos a eleição e começamos a trajetória na prefeitura.¹⁰ Essa fase nova foi riquíssima, gostei muito da convivência forte com aquele momento da administração da cidade. Eu estava preparado. Hoje, não tanto, mas naquela época eu conhecia o Rio como a palma da minha mão: cada favela, cada rua, cada bairro. Passei anos e anos da minha vida correndo o Rio de Janeiro inteiro, vendo todos os problemas, onde estavam, como eram, o que eram.

O vice-prefeito

Os problemas que Saturnino Braga e o senhor teriam de enfrentar no Rio eram sabidamente grandes. A prefeitura esperava ter algum poder, com Brizola no governo do estado querendo mandar em tudo?

Era o Brizola quem mandava, mas essa não era a questão maior. A questão maior era que a prefeitura, naquele momento, naquele contexto, naquela circunstância, estava a zero. Zero! Houve um profeta durante a campanha, João Saldanha, que era o candidato a vice do Marcelo Cerqueira. João e eu éramos amigos, de militância, de política. Quando havia aqueles debates, ele sempre começava dizendo: “Estou aqui para

¹⁰ Em 15 de novembro de 1985, Saturnino Braga e Jó Rezende foram eleitos, respectivamente, prefeito e vice-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, derrotando a chapa encabeçada por Rubem Medina do Partido da Frente Liberal (PFL). A chapa do PDT recebeu 39,26% dos votos válidos, mais do que o dobro dos votos recebidos por Medina. Ver *DHBB*, op. cit.

fazer um pedido a vocês. Votem no JÓ! Pelo amor de Deus, não votem em mim! Eu não sou louco de assumir essa prefeitura que ele quer e eu não quero. Sei que o Marcelo vai me odiar, mas não votem em mim, votem nele. Porque isso é uma loucura! Eu não sou louco para assumir uma prefeitura falida...”

Na verdade, naquele momento o primeiro desafio era fazer existir uma prefeitura que não existia. Qual era o encanto daquilo? Era a primeira prefeitura eleita depois da ditadura, contra a qual eu e todos tanto tínhamos lutado. Ser eleito naquele momento era uma coisa fantástica, era poder pôr em prática as nossas propostas. O segundo desafio eram os recursos. Os únicos recursos da prefeitura eram o Fundo de Participação, o IPTU e o ISS, que era insignificante na época. O principal era o IPTU. Nós tínhamos lutado contra o aumento indiscriminado e irregular do IPTU, e a primeira medida que tivemos que tomar na prefeitura foi o aumento do IPTU! Olhávamos o orçamento, e não havia a menor condição. Era uma época de inflação elevadíssima, tinha havido um congelamento por força do Plano Cruzado, e o aumento do IPTU durante o congelamento provocou um imenso desgaste. Além de firmar a prefeitura e obter recursos, o terceiro desafio era o centralismo do governo estadual. A Câmara de Vereadores, eleita em 82, tinha aquele perfil que se sabe. E eu, um peixe novo dentro daquela água, que tinha provocado a ira de todos os parlamentares por conta do movimento social, sou nomeado secretário de Governo, responsável pelas relações com a Câmara!

Há um pedaço da história que data de antes da eleição para a prefeitura, que mostra como o governador agia. Marcello Alencar era o prefeito,¹¹ mas foi Brizola quem criou a administração modelo da Ilha do Governador. Ele tinha esse procedimento de administrar a cidade e queria mantê-lo. O resultado foi que os conflitos começaram, e fortes, pois Saturnino estava buscando a sua autonomia. A gota d’água desse processo aconteceu numa das greves de professores. Estado e município estavam em greve, e Saturnino disse: “Eu saio da greve dando o aumento para os professores. Vou negociar o aumento com eles.” Aí o Brizola retrucou: “Se você der, eu fecho o Banerj. Você não tira dinheiro do Banerj e não pode dar o aumento. De onde você vai tirar o dinheiro?” O Banerj era do estado, e o Brizola fechou o Banerj para a prefeitura, possibilitando com isso — pois não tivemos como pagar nem os professores nem a rolagem das dívidas

¹¹ Marcello Alencar foi empossado na prefeitura do Rio de Janeiro pelo então governador Leonel Brizola em 5 de dezembro de 1983 e permaneceu no cargo até a posse de Saturnino, em 31 de dezembro de 1985. Ver *DHBB*, op. cit.

federais — que o Banco do Brasil fechasse a transferência do Fundo de Participação, receita proveniente do governo federal, para o Rio de Janeiro.

O governo Saturnino começou realmente sem nenhum recurso? Não é exagero dizer que estava a zero?

Não. Quando entramos, o primeiro recurso da prefeitura foi para saldar as dívidas que o Marcello Alencar tinha com o funcionalismo e deixou para nós pagarmos. Aí, zerou. Começamos com caixa zero, e assim foi até o final do governo. Um relato detalhado desse período se encontra no livro do Saturnino, *Governo-Comunidade*.¹²

Nesse meio tempo, a experiência mais enriquecedora que foi desenvolvida foi exatamente a tentativa do governo-comunidade, do orçamento participativo, ou seja, de fazermos o orçamento da cidade a partir das demandas colocadas pela população. Isso era tudo o que eu queria. Era o que me motivava para ser o sucessor do Saturnino. Toda a minha plataforma, todo o meu trabalho dentro da prefeitura, foi em torno do orçamento participativo e dos Conselhos Governo-Comunidade. Esse era o foco.

Como foi sua relação com os vereadores nesse momento?

Dramática. Viver o drama de ter que negociar com os vereadores cada passo.

O que eles queriam? Cargos na prefeitura?

É. E para que a situação se tornasse ainda mais inviável, tínhamos definido que os administradores regionais seriam eleitos, e não nomeados.

Como o senhor vê esse conflito hoje? Afinal, acabou-se inviabilizando uma experiência de governo que era muito interessante. Não dava para negociar, para ceder em alguma coisa?

¹² Roberto Saturnino Braga, *Governo-Comunidade. Socialismo no Rio* (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989).

Nós queríamos muito negociar. E negociamos. Uma negociação proposta na época foi a seguinte: seriam criados os Conselhos Governo-Comunidade, que indicariam as prioridades, e deles fariam parte as mais variadas associações de cada bairro — associação de moradores, clubes de serviços, Igrejas e instituições de expressão social local — e mais todas as representações dos departamentos de governo, municipais, estaduais e federais, que existissem ali. O vereador do bairro, ou seja, que tivesse expressão política local, também participaria e seria respeitado como representante de instituição. Esse vereador teria todas as informações, para poder levar o material para a Câmara e ajudar a elaborar o orçamento. Quer dizer, quem é que iria aparecer como interlocutor de tudo o que estava acontecendo dentro dos Conselhos, junto à Câmara e junto à sociedade? O vereador. Por quê? Porque o orçamento iria ser aprovado na Câmara, e ele seria o representante que iria participar disso. Mas poucos daqueles vereadores eleitos tinham habilidade para tratar colegiadamente, coletivamente, do processo de decisão. A maioria não entrava no contexto, negociando, debatendo, assumindo a liderança... Prefiri então assumir: “Sacrifício a mim, as pessoas, o que for, mas não sacrifico o projeto. O projeto é este.”

Mas foi justamente o projeto que acabou sendo sacrificado... É claro que é fácil falar quando se está de fora, ou quando o problema passou. Mas talvez, se vocês tivessem cedido um pouco mais... Afinal, quem governa tem que governar com o que é possível, e não com o que gostaria que existisse.

Hoje, realmente, esse posicionamento é possível. Hoje, com o respeito à administração municipal, com uma prefeitura com dinheiro, com a Câmara eleita junto com o Executivo, nascidos ambos de uma mesma campanha, com as mesmas propostas defendidas no processo eleitoral, tudo bem. Mas não era isso o que nós vivíamos. Nós vivíamos um processo torto: o governador, o estado, o município, a Câmara de Vereadores, a comunidade, cada um vinha de uma história distinta. Estávamos isolados, ilhados, com uma excelente proposta. O que nos caracterizava eram diretrizes como o orçamento participativo, o governo-comunidade, e a negociação máxima a que se podia chegar era ir à comunidade e dizer: “Acolham esse vereador!” Mas quando você chegava com o vereador, com aquele tipo de comportamento que ele tinha, a comunidade virava as costas.

Como foi a relação da Famerj com a prefeitura?

Foi difícil. A Famerj, naquela época, se sentiu ameaçada com a formação dos Conselhos Governo-Comunidade. Essa é uma análise que eu acho que o movimento ainda terá que fazer.

Quer dizer que o senhor não tinha apoio nem dos vereadores clientelistas, nem da Famerj?

Sim, mas eram posições diferentes. A idéia, com os Conselhos Governo-Comunidade, era justamente buscar suporte no movimento social. Queríamos fazer da população organizada o referencial para o nosso trabalho. E mais. Dissemos à comunidade o seguinte: “O orçamento que executaremos virá de vocês. Só faremos obras de acordo com aquilo que vocês estabelecerem como prioridade. O que houver de recurso no orçamento será aplicado de acordo com esse critério.” Quando eu dizia isso estava dizendo a verdade, falava em nome do Saturnino, que tinha um compromisso com essa posição. Acontece que, naquela época, havia no movimento social — não sei se ainda há hoje, mas havia — uma resistência muito grande contra algumas formas de organização da sociedade. O movimento comunitário reagia aos clubes de serviços, às associações comerciais, a toda forma econômica de organização. E o Conselho Governo-Comunidade era composto de todas elas, tínhamos que considerar não só as associações de moradores, mas também as outras organizações. Por isso fizemos um verdadeiro périplo, visitando os Rotaries, os Lions, as associações comerciais, fazendo palestras, mobilizando-os para que participassem dos Conselhos Governo-Comunidade, para que os conselhos fossem representativos das comunidades, que as associações de moradores, sozinhas, não representavam. Houve resistências, no meio das associações de moradores, diante de uma convivência para a qual não estavam ainda amadurecidas no processo histórico.

Outra dificuldade foi o processo que foi definido para a eleição dos administradores regionais. A negociação a que pudemos chegar com o PDT foi que o administrador regional seria eleito diretamente pela comunidade, mas teria que ser do PDT. Não precisava ser filiado, mas tinha que ser ligado, para manter a unidade partidária. O resultado foi que foram eleitos excelentes administradores regionais, mas que racharam a comunidade e o partido. Racharam a comunidade, porque tendo que ser

alguém ligado ao PDT, não expressava exatamente aquele sentimento que a comunidade poderia ter em relação à administração regional. Racharam o partido porque foram eleitos por correntes distintas dentro do partido, e o que venceu deixou os outros derrotados. A eleição dos administradores regionais não cumpriu, assim, uma função de coesão. Pensávamos poder eleger livremente os administradores regionais, mas não pudemos. Aquela era uma instância institucional político-partidária, e o que era para ser elemento de coesão acabou tendo o efeito contrário.

E depois da cisão com Brizola, em julho de 1987,¹³ como ficou a situação?

A nossa saída do PDT resultou numa situação muito difícil. O secretariado havia sido escolhido por sua competência e coerência com o prefeito, independentemente de partido político, embora com grande maioria do PDT. Saturnino disse: “Vocês podem continuar nos seus partidos, porque foram escolhidos pelo compromisso com o projeto, e podem permanecer no governo.” Isso foi muito positivo, mas não tínhamos mais unidade política. Só uma coisa nos unia, a despeito de tudo, e continuou unindo: uma proposta. Uma proposta de governo democrático com compromisso social, que respeitava a diversidade e dizia a todos: abram mão do seu interesse imediato e coloquem a cidade em primeiro lugar.

O senhor achava essa proposta viável?

Alguns de nós achávamos, mas havia outros que olhavam aquilo como uma aberração que estávamos produzindo. Alguns de nós achávamos que era possível, que tudo valia pelo projeto: “Sacrifiquem-se pelo projeto.” Alguns se sacrificaram. Sérgio Andrea sacrificou-se pelo projeto.

¹³ Depois de deixar o PMDB em 1982, Saturnino Braga, a convite de Brizola, entrou no PDT, e nessa legenda foi eleito senador (1982) e em seguida prefeito do Rio (1985). Em 2 de julho de 1987, contudo, deixou oficialmente o PDT, declarando que o partido estaria unicamente comprometido com a candidatura de Brizola à presidência da República. Essa saída foi o ápice de uma crise que se intensificou a partir de março daquele ano, quando em face das dificuldades financeiras enfrentadas pela prefeitura Saturnino propôs o aumento do IPTU e a extinção do gatilho salarial do funcionalismo. Tais medidas foram combatidas pela bancada do PDT na Câmara Municipal, o que inviabilizou, de acordo com Saturnino, a administração municipal. Além disso, Saturnino alegou que Brizola teria feito pressões que comprometeram ainda mais o orçamento da prefeitura, exigindo a municipalização de 55 Cieps e a incorporação de elementos do PDT à máquina administrativa do município após a derrota de Darcy Ribeiro na eleição para o governo do estado em 1986. Após o rompimento com o PDT, a administração tornou-se ainda mais difícil, até que em 15 de setembro de 1988 Saturnino declarou a falência da prefeitura. Ver *DHBB*, op. cit

Sérgio Andrea foi inclusive expulso do PT, por ter permanecido na prefeitura.

Sim. Vários se sacrificaram. Outros não.

Apenas para lembrar, desde o início de 1987 Brizola não estava mais no governo do estado, mas continuava no comando do PDT.

Sim. Tinha havido a campanha em 86, na qual nós tínhamos sido derrotados, apoiando Darcy Ribeiro. Quando o Moreira entrou, até passou a haver um diálogo maior do Saturnino com o governo do estado do que o que havia com Brizola, mas isso não ajudou em nada. O estado mergulhado em crise não tinha nada para oferecer.

No momento do rompimento de Saturnino com Brizola a situação deve ter ficado muito complicada, até porque o mandato de Saturnino e o seu eram curtos, e a campanha para a eleição para a prefeitura, em 1988, já estava aberta.

Exatamente. Eu era candidato. A crise se agravou com as chuvas torrenciais daquele ano, que castigaram a cidade, mas ainda assim dissemos: “Vamos nos recuperar.” Fomos a Washington e conseguimos — Marcílio Marques Moreira, na época embaixador do Brasil, foi um aliado fortíssimo — que o BID aprovasse um recurso para a recuperação da cidade. O BID aprovou um empréstimo, desde que o governo brasileiro aprovasse a contrapartida. O dinheiro, aqui, não precisava nem ser liberado, bastava que o ministro da Fazenda dissesse que aprovava a liberação para que o Banco Mundial entregasse o dele. Conseguimos que a Roseana Sarney nos ajudasse, e que o Sarney concordasse em liberar a contrapartida. Mas no fim o Maílson não liberou, usando o Rio como exemplo para punir os municípios que não estavam em dia com a rolagem da dívida com o governo.

Àquela altura, a campanha estava na porta. Eu tinha participado do primeiro debate de candidatos a prefeito, no qual tinha me saído muito bem — tinha que me sair bem mesmo, era dever de ofício, estava no poder, conhecia tudo, não havia por que me sair mal —, mas naquela situação vi que não havia a menor condição. Se tivesse havido a contrapartida do dinheiro do Banco Mundial, teria havido a recuperação da cidade, obras de infra-estrutura, em áreas de risco, e para isso nós estávamos preparados,

informações e bases de dados não nos faltavam. Mas quando isso não aconteceu, vi que não tinha mais condição e retirei a minha candidatura à prefeitura.

Depois da prefeitura

O que o senhor fez ao deixar a prefeitura?

Eu era analista de sistema do Serpro e voltei para lá. Estava num nível de desgaste tão grande que na verdade voltei para pedir demissão. Mas fui aconselhado pelos colegas: “Não faça isso! Você está saindo da prefeitura e vai pedir demissão aqui também? É chutar pau de barraca demais! Fique aí um pouco, deixe correr. Você não está com várias férias não tiradas, licenças e tudo mais? Por que não vai para o seu sítio em Teresópolis, esquece da vida, deixa a cabeça refrescar e depois volta?” Pedi então uma licença e fui para o sítio.

Não montou nenhuma associação de moradores em Teresópolis...?

Não. Ficava lá a semana inteira, nas atividades do sítio, tinha amigos em Teresópolis, acabei me envolvendo com atividades econômicas lá mesmo — fui ajudar a fazer um loteamento, a vender o loteamento —, e fui ficando. Estava naquela de sair de cena mesmo. Fiquei uns seis, oito meses nisso, e a poeira foi baixando. O PSB voltou a me procurar, participei de algumas reuniões, mas não quis me envolver muito. Permaneci ligado a uma instituição que ainda manteve um pouquinho do meu gás, a Megacidades, dirigida pela Janice Perlman, que funcionava junto com o Ibam e com a Universidade de Nova Iorque. Acabei participando de algumas reuniões internacionais do conselho do Megacidades, fui para a África etc., mas acabei me vinculando mais a Teresópolis. Vendi o sítio e entrei numa sociedade com dois amigos, uma fazendinha voltada para a produção rural. Um deles, empresário com recursos, homem capitalizado, queria comprar a fazendinha para ser o sítio dele. O outro, empresário da área imobiliária, queria comprar para negócio. Mas eu disse: “Só entro na sociedade se puder usar a propriedade para produção. Ela não me interessa nem para lazer, porque eu já tenho o meu sítio, que está ótimo, nem para revenda, porque não tem sentido eu vender o meu sítio para comprar outro para revender. Quero para usar. Aqui tem vaca, tem leite...”

Voltamos a Garanhuns...

Isso mesmo. “Tem vaca, leite, galinha, roça, lavoura, a fazenda está toda montadinha, e eu tenho todo interesse em entrar na sociedade para produzir.” Era uma fazendinha maravilhosa, pequena, de 11 alqueires — nem é fazenda, é um sítio —, mas toda arrumadinha, com ordenha mecânica, com piquetes tratados para gado etc. Enfim, fizemos a sociedade, e um dia eu me vi na imensa felicidade de ter aquela fazendinha para produzir. Peguei a chave na mão e disse: “Pronto, não tenho mais que pagar o analista para me recuperar...” Compramos gado holandês, compramos pinto para engordar, compramos trator para a lavoura, botei lá meia dúzia de meeiros, compramos uma caminhonete, aluguei uma pedra na Ceasa e comecei a descer a serra de Teresópolis na caminhonete carregada de caixas com verdura. Durante dois anos e meio, vendi verdura, vendi frango — a cada 45 dias tirava 12 mil frangos —, produzi leite, comprei touro, fiz inseminação artificial, viajei, participei de leilão de boi, vaca, cavalo, tudo... Até o ponto em que, como o negócio era muito pequeno, não tinha escala, vimos que não era suficientemente rentável para pagar o capital que havia sido investido e muito menos o meu trabalho, a minha dedicação — nesse meio tempo, eu e a Cristina tínhamos saído do Serpro. Aquilo foi-se revelando apenas como um sítio de lazer, e um lazer de manutenção muito cara. O dinheiro foi acabando e, digamos, o encanto também.

Naqueles dois anos e meio de intensa atividade, eu também esqueci o mundo, me desliguei de tudo, me renovei completamente, fiquei com a cabeça limpa. Quando o negócio começou a se esgotar, virei para um dos meus sócios e disse: “Já fiz o meu dever de casa. Agora, a fazenda é sua, para você vender. Você não disse que vendia?” Ele começou pedindo alto, mas foi baixando. Quando chegou ao preço que nós tínhamos pago, o outro disse: “É minha. Eu queria a fazenda para lazer, e agora vai ser.” Cada um pegou a parte do dinheiro com que tinha entrado e voltamos à estaca zero.

Voltei então para o Rio, peguei aquele dinheirinho e aquela experiência, e eu e a Cristina passamos um ano estudando, nos reciclando, porque a informática da nossa época já não era mais a informática daquele tempo. Fizemos vários cursos, compramos equipamentos, montamos e desmontamos computadores, fizemos tudo o que devíamos fazer para nos reinserirmos no contexto do novo mercado de trabalho. Montamos uma empresa de consultoria, conseguimos um contrato com uma empresa industrial, e

durante um ano, na área já de micro, informatizamos todas as rotinas daquela indústria. Quando terminou, estávamos outra vez no mercado. Tínhamos nos atualizado. Com o apoio da Finep e do BNDES, começamos então a fazer informatização por segmentos. Isso foi evoluindo, e passei a coordenador de projetos da Assespro, Associação Brasileira das Empresas de Softwares e Serviços. Comecei a trabalhar em alguns projetos, primeiro na área de saúde, depois de engenharia, com o Clube de Engenharia, de odontologia, com a Associação Brasileira de Odontologia, e finalmente me fixei na área de educação. Passei a trabalhar na coordenação do projeto Akademia, com a Microsoft, Compac e Xerox, desenvolvendo uma consultoria para a Microsoft diretamente na área de internet e trabalhos para o MEC na área do ProInfo. Passei dois anos articulando e organizando seminários de capacitação de professores dos núcleos de tecnologia educacional — NTE. Estamos agora, junto com o BNDES, fazendo um projeto para a informatização dos professores da rede pública e me dedico intensamente ao uso da tecnologia na educação.

Como o senhor vê a prefeitura do Rio de Janeiro hoje? É claro que, depois da Constituição de 1988, mudou o perfil fiscal.¹⁴

O primeiro impacto que sinto em relação à prefeitura é que ela melhorou. Sem entrar no mérito das questões político-partidárias, acho que as três administrações que vieram depois da nossa, a do Marcello, a do César Maia e a do Conde,¹⁵ tiveram recursos e foram boas. Marcello pegou uma situação extremamente difícil e conseguiu se sair bem. É claro que no ano em que ele foi eleito tudo mudou, a conjuntura era outra: Constituição nova, reforma tributária, recursos... Aquele recurso que o Sarney nos negou foi liberado para ele. Ele também pôde usar o novo zoneamento, a nova planta de

¹⁴ A Constituição de 1988 instituiu um sistema de repartição das receitas tributárias que trouxe alguns benefícios para os grandes municípios. Continuaram a ser de competência municipal o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), as principais fontes de receitas para os municípios brasileiros, e além disso foram mantidas as transferências de recursos da União. A principal novidade da Constituição de 1988 foi a transferência para a esfera municipal do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter vivos* (ITBI) e do Imposto sobre a Venda a Varejo de Combustíveis (IVVC). Segundo François E. J. Bremaeker, até 1995, na maioria dos municípios de grande porte (com mais de 50 mil habitantes) o IVVC representava até 30% do total da receita tributária. Ver François E. J. Bremaeker, “Perfil das receitas municipais”, *Revista de Administração Pública*, v. 41, n. 213, out/dez 1994, p. 75-88; “Perfil das receitas tributárias dos municípios brasileiros”, *ibidem*, v. 42, n. 214, jan/mar 1995, p. 6-21, e “Mitos sobre as finanças dos municípios brasileiros”, *ibidem*, v. 41, n. 212, jul/set 1994, p. 6-21.

¹⁵ A gestão de Marcello Alencar na prefeitura do Rio se estendeu de 1989 a 1992, a de César Maia, de 1993 a 1996, e a de Luiz Paulo Conde, de 1997 a 2000.

valores e o novo orçamento que tínhamos preparado. Obviamente eu acho que parte do mérito é nossa, porque quando o Marcello, já eleito, pediu ao Saturnino que mandasse para a Câmara de Vereadores — ainda a Câmara antiga — a planta de valores e a mensagem do novo orçamento que tínhamos elaborado, para que ele já pudesse começar o governo com o orçamento aprovado na gestão anterior, Saturnino mandou, e a Câmara, que antes tinha rejeitado, aprovou tudo. Nós contribuímos na ponte para que o Marcello pudesse viabilizar o governo dele. Depois, imediatamente, a Câmara foi substituída. Institucionalmente, o processo foi evolutivo.

E quanto à relação da instância institucional com a comunidade?

Não se pode atribuir apenas aos governos a mudança qualitativa havida na relação com a comunidade. A própria vida partidária já se tinha incumbido de alterar essa relação. Hoje, há outras formas de organização social, com outros perfis. Acho que a luta puramente reivindicatória, que foi o que marcou o nosso perfil, já não é mais tão atraente. A comunidade, hoje, prefere outras formas de ação que não apenas a da manifestação de rua. Ela prefere utilizar, por exemplo, os instrumentos da própria ação econômica, que já são da informação de todos. Essa é outra característica: no nosso período, a comunidade era muito desinformada. Se você falasse em orçamento, ninguém sabia o que era. Hoje as pessoas já sabem um pouco mais. Talvez isso ocorra até mais em outras cidades que não o Rio, porque o cidadão carioca é menos propenso a saber o que é orçamento. Mas sabe o que é defesa de meio ambiente, por exemplo. E é até mais reivindicador, é até mais forte na sua batalha, mas por outros mecanismos.

Hoje, boa parte do papel que nós cumpríamos nas entidades comunitárias é a imprensa que cumpre. A imprensa descobriu o filão da representação popular, e há jornais dedicados a prestar serviços à comunidade. A cobertura local que a televisão faz hoje, ela também não fazia nos anos 80.

Por outro lado, muitas associações de moradores hoje são dominadas por políticos ou por traficantes... A Famerj ainda existe?

A Famerj existe, porque uma das coisas que o período do qual eu participei conseguiu foi dotá-la de infra-estrutura. Não sei como está hoje, mas naquela época era muito bem equipada. Compramos duas sedes para a Famerj, uma no Centro e uma na

Zona Oeste, as duas com auditório, com tudo que uma sede precisa ter. Isso também dá uma certa possibilidade de sobrevivência no tempo.

Sobre os governos atuais, só para concluir, acho que os canais de comunicação são outros, mas que há também uma coisa nova que provavelmente vai acontecer, e que a rede de informação vai possibilitar: é que, com a falta de recursos, com a redução do Estado, os governos terão que se aproximar da comunidade local. Quer dizer, a tendência não é mais afastar, é voltar, aproximar. Aquelas idéias passadas, que não vingaram muito, do vereador distrital, do deputado distrital, tendem a voltar.

E como a esquerda vê esse tipo de coisa?

Pelo que observo como cidadão, ela está aprendendo a conviver com a sociedade não ideologizada. O estado democrático permite maior participação. A esquerda está começando a aprender que existe uma sociedade que não quer falar de comunismo, de luta de classe, de tomada de poder, de revolução armada, mas quer falar de escola, de saúde, de meio ambiente, de qualidade de vida e da busca de mecanismos de acesso da população excluída a tudo isso, dentro dos caminhos da democracia e da liberdade. Uma sociedade que quer conquistar gradualmente o poder local. Estamos aprendendo e crescendo.